

# Índice

## CAPÍTULO 50

### PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Noções gerais.....	19
2. Sua natureza jurídica. Teorias do contrato e do quase contrato .....	20
3. Teoria da relação jurídica.....	21
4. Outras teorias.....	23
5. A teoria dominante .....	24
6. Sujeitos da relação processual .....	24
7. Objeto da relação jurídico-processual.....	24
8. Autonomia da relação processual .....	25
9. Caracteres .....	25
10. Pressupostos processuais .....	26
11. Início e fim do processo.....	27

## CAPÍTULO 51

### DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. O processo como sucessão de atos e como relação jurídica .....	29
2. Pressupostos processuais .....	30
3. A teoria dos pressupostos como requisitos para a válida formação do processo.....	30
4. A teoria dos pressupostos de existência e de validade.....	31
5. Os pressupostos de existência.....	33
6. Os pressupostos de validade .....	33



## CAPÍTULO 52

### FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento .....	39
2. Processo e procedimento .....	40
3. As alterações introduzidas no Processo Penal .....	43
4. Formas procedimentais .....	46
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função .....	46
6. Observações indispensáveis para a análise dos procedimentos quando se tratar de foro sem prerrogativa de função .....	62
7. Regras gerais aplicáveis a todos os procedimentos de primeiro grau, pouco importando se comum ou especial, se previsto ou não no CPP .....	64
8. Rejeição da denúncia ou queixa.....	64
9. Procedimento ordinário.....	74
10. Prazo para a conclusão da instrução .....	90
11. Procedimento sumário .....	91
12. Suspensão condicional do processo .....	93
13. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação.....	112
14. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93 .....	128
15. Procedimento sumariíssimo .....	129
16. Crimes da competência do Tribunal do Júri.....	131
17. Procedimento .....	148
18. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação.....	149
19. Pronúncia. Efeitos.....	155
20. Questionário. Ordem dos quesitos .....	216
21. Exemplos de quesitação.....	224
22. A sentença .....	236
23. Súmula do procedimento do Júri .....	245
24. Modelo de sentença absolutória.....	247
25. Modelo de sentença condenatória.....	248
26. Modelo de sentença, em caso de desclassificação .....	250

## CAPÍTULO 53

### PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos .....	255
--	-----



2. Crimes contra a honra.....	261
3. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.	274
4. Particularidades da fase pré-processual .....	277

#### CAPÍTULO 54

### PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NÃO PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares .....	285
2. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências .....	291
3. Crimes de imprensa .....	295
4. Crimes eleitorais .....	295
5. Entorpecentes.....	299
6. Crimes contra a fauna e a flora .....	302
7. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.....	303
8. Crimes de abuso de autoridade .....	303
9. Crimes contra a economia popular .....	305
10. O Júri de economia popular (extinto) .....	306
11. Crimes de responsabilidade de Prefeitos .....	311
12. Crimes da Lei das Licitações.....	312

#### CAPÍTULO 55

### PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. Preliminares .....	313
2. O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP....	314
3. O procedimento especial.....	315
4. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na con- travenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arqui- vamento das informações?.....	316
5. O procedimento das contravenções eleitorais. Observações .....	317

#### CAPÍTULO 56

### DA SENTENÇA — I

1. Tripartição dos Poderes.....	319
2. Atos judiciais em sentido lato e sua classificação .....	320

3. Jurisdição voluntária.....	322
4. Atos anômalos .....	323
5. Atos jurisdicionais .....	324
6. Os atos jurisdicionais penais.....	325
7. Classificação dos atos jurisdicionais segundo o órgão do qual promanam .....	328
8. Sentenças executáveis, não executáveis e condicionais .....	329
9. Sentenças simples e subjetivamente complexas.....	329
10. Conceito de sentença .....	330
11. Estrutura lógica.....	331
12. Natureza jurídica.....	332
13. Função da sentença.....	333
14. Requisitos da sentença.....	336
15. Clareza e precisão da sentença penal.....	340
16. <i>Jura novit curia</i> .....	341
17. <i>A mutatio libelli</i> .....	343
18. Conceito de “elemento” e “circunstância”.....	344
19. O procedimento a ser observado na hipótese do art. 384 e parágrafos do CPP.....	346

## CAPÍTULO 57

### DA SENTENÇA — II

1. Publicação da sentença .....	349
2. Efeito da publicação .....	351
3. Intimação da sentença.....	352
4. Sentença penal absolutória.....	355
5. Efeitos da sentença penal absolutória .....	356
6. Sentença penal condenatória.....	358
7. O problema da aplicação da pena .....	359
8. Efeitos da sentença penal condenatória .....	369

## CAPÍTULO 58

### DA COISA JULGADA

1. Coisa julgada .....	377
2. Fundamento político da coisa julgada.....	379

3. Natureza jurídica.....	380
4. Limites objetivos da coisa julgada.....	384
5. Limites subjetivos da coisa julgada.....	385

## CAPÍTULO 59

### DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades.....	389
2. Fundamento.....	392
3. Pressupostos lógico e fundamental.....	393
4. Classificação da sucumbência.....	394
5. Pressupostos recursais objetivos.....	398
6. Pressupostos subjetivos.....	408
7. Juízo de admissibilidade.....	409
8. Extinção normal e anormal dos recursos.....	410
9. Classificação dos recursos.....	411
10. Recursos voluntário e necessário.....	412
11. Efeitos dos recursos.....	415

## CAPÍTULO 60

### DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. A variedade de recursos em matéria processual penal.....	423
2. O recurso em sentido estrito.....	425
3. A enumeração feita pelo art. 581 é taxativa?.....	426
4. Forma e prazo de interposição.....	427
5. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?.....	428
6. Prazo para as razões e contrarrazões.....	429
7. O Juiz pode retratar-se? Retratando-se o Juiz, poderá a parte contrária recorrer?.....	430
8. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?.....	432
9. O recurso em sentido estrito será sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?.....	433
10. As decisões que comportam recurso em sentido estrito.....	434
11. O recurso por termo nos autos.....	445
12. Efeitos.....	445

CAPÍTULO 61  
**DA APELAÇÃO**

1. Noções .....	449
2. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação? .....	451
3. Toda sentença condenatória ou absolutória é apelável? .....	454
4. Forma de interposição.....	455
5. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada?.....	455
6. Prazo para as razões e contrarrazões.....	456
7. Podem ser juntados documentos nas razões ou contrarrazões?.....	456
8. Pode o apelante apresentar suas razões na superior instância? .....	457
9. A quem é endereçado o recurso de apelo?.....	460
10. Apelação plena e limitada.....	460
11. Prazo para a remessa dos autos à superior instância.....	462
12. Pressupostos do recurso de apelo.....	463
13. Prazo para a apelação .....	463
14. Extinção anormal da apelação .....	468
15. Em qualquer apelação, o juízo <i>ad quem</i> funciona sempre como <i>judicium rescindens</i> ?.....	470
16. A apelação sobe nos próprios autos? .....	475
17. Absorção do recurso em sentido estrito .....	475
18. O prazo para o assistente apelar.....	476
19. Prazo para o Ministério Público apelar.....	480
20. Apelação sumária e ordinária .....	481
21. Efeitos do recurso de apelação .....	482
22. A apelação do assistente tem efeito suspensivo? .....	484
23. A <i>reformatio in pejus</i> .....	484
24. <i>Reformatio in melius</i> .....	496

CAPÍTULO 62  
**DO PROTESTO POR NOVO JÚRI**

1. Noções .....	503
2. O protesto é recurso exclusivo da Defesa .....	504
3. Quando cabe o protesto .....	504

4. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto? ....	505
5. Poderá a Defesa protestar e apelar? .....	508
6. Quantas vezes poderá o réu protestar por novo Júri?.....	509
7. Realizado o segundo julgamento, poderá o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro? .....	510
8. Razão histórica do protesto.....	510
9. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?.....	512
10. Poderá o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?.....	513
11. Não realização do Júri .....	514
12. A abolição do protesto.....	515

## CAPÍTULO 63

### DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Considerações preliminares .....	519
2. Os embargos infringentes e os de nulidade.....	521
3. Prazo para a sua interposição e o respectivo procedimento .....	522
4. Os embargos infringentes e de nulidade são oponíveis contra toda decisão de segunda instância?.....	523
5. Os embargos na Suprema Corte.....	526
6. A particularidade que apresentam os embargos infringentes na Justiça Militar .....	528
7. Para o réu opor embargos infringentes e de nulidade deverá recolher-se à prisão?.....	529
8. Embargos no STJ.....	529

## CAPÍTULO 64

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Generalidades .....	533
2. Quando podem ser opostos .....	534
3. A quem são dirigidos. Prazo.....	534
4. Pressupostos.....	535
5. Procedimento .....	535



6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento? .....	535
7. Extensão dos embargos declaratórios .....	537
8. Quem pode interpô-los.....	538
9. Quem os julga.....	538
10. Os embargos na inferior instância.....	538
11. Retratabilidade.....	539
12. Suspende o prazo de outro recurso? .....	539
13. Embargos de declaração opostos aos embargos de declaração .....	540

## CAPÍTULO 65

### DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. A carta testemunhável é recurso?.....	541
2. Quando cabe? .....	541
3. E se o recurso denegado for o extraordinário?.....	544
4. A denegação de outros recursos.....	544
5. A quem é requerida a carta testemunhável?.....	545
6. Procedimento .....	545
7. A entrega do recibo pelo escrivão.....	546
8. A carta tem efeito suspensivo? .....	546
9. Procedimento na superior instância .....	546
10. Por que a denominação “carta testemunhável”? .....	546
11. Como se conta o prazo do art. 640 do CPP .....	548

## CAPÍTULO 66

### DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Generalidades .....	551
2. Cabimento.....	551
3. Admite-se a correção no processo civil? .....	553
4. Origem da correção .....	553
5. Surgimento da correção no Estado de São Paulo. Órgão competente para apreciá-la.....	553
6. É inconstitucional?.....	554

7. É um recurso? .....	555
8. A correição, no Estado de São Paulo .....	555
9. Procedimento .....	556

## CAPÍTULO 67

### DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais.....	559
2. Recurso extraordinário: conceito, razão de ser .....	560
3. A denominação “extraordinário” .....	562
4. Outras funções do STF .....	562
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?.....	563
6. Legitimidade .....	568
7. Procedimento .....	569
7-A. Preparo .....	569
8. Denegação. Recurso oponível .....	573
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i> .....	574
10. O prequestionamento .....	575
11. Súmulas do STF em matéria criminal.....	577

## CAPÍTULO 68

### RECURSO ESPECIAL

1. Cabimento.....	587
2. Procedimento .....	589
2-A. Cabe recurso especial contra decisão de Turma Recursal? .....	590
3. O problema da relevante questão federal .....	592
4. Finalidade do recurso especial.....	594
5. A exigência de esgotamento das vias ordinárias.....	594
6. Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	595
7. Denegação do recurso especial. Providência .....	596
8. Efeitos do recurso especial .....	597
9. O prequestionamento .....	598
10. Súmulas do STJ em matéria criminal .....	598
11. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal .....	605

**DOS AGRAVOS NO PROCESSO PENAL**

1. Histórico .....	607
2. Agravo de instrumento.....	610
3. Agravo em execução.....	613
4. Agravo regimental .....	616
5. Recurso inominado .....	616

**RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL**

1. Os três tipos de recurso ordinário constitucional.....	617
2. O recurso criminal ordinário constitucional previsto no art. 102, II, <i>b</i> , da Lei Básica.....	618
3. Providência contra a denegação do recurso criminal ordinário constitucional.....	622
4. O outro tipo: recurso ordinário constitucional .....	622
5. Procedimento do recurso ordinário constitucional para o STF .....	622
6. Recurso ordinário constitucional para o STJ. Procedimento.....	624

**“HABEAS CORPUS”**

1. Histórico. O <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	629
2. A entrada do <i>habeas corpus</i> em texto constitucional brasileiro. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	633
3. A reforma constitucional de 1926 e as demais Constituições até a atual .....	639
4. Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i> .....	640
5. O <i>habeas corpus</i> como verdadeira ação.....	641
6. Quem pode impetrar .....	643
7. Relaxamento da prisão.....	645
8. O constrangimento.....	646
9. O recurso <i>ex officio</i> .....	646
10. Competência originária.....	647

10-A. E se o órgão coator for a Turma de Recursos de que trata a Lei dos Juizados Especiais Criminais?.....	656
11. Competência recursal.....	658
12. Concessão e denegação de <i>habeas corpus</i> .....	659
13. O <i>habeas corpus</i> na Justiça Militar.....	660
14. Casos especiais.....	660
15. Observações.....	661
16. O órgão competente dos Tribunais para julgar.....	662
17. Quando o constrangimento é ilegal.....	662
18. Salvo-conduto.....	668
19. O <i>habeas corpus</i> tranca o processo?.....	668
20. Apresentação do paciente.....	670
21. Sanções.....	670
22. Pedido de informações.....	671
23. Intervenção do Ministério Público.....	671
24. Como pode ser impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> .....	671
25. Concessão.....	672
26. Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	673
26-A. Cabe <i>habeas corpus</i> para julgar indeferimento de liminar?.....	674
27. Extensão.....	677
28. Reiteração.....	677
29. Recursos extraordinário e especial.....	678
30. Não cabimento de <i>habeas corpus</i> .....	679
31. Ato de particular.....	681
32. Problemas especiais.....	682
33. Mandado de segurança.....	683

## CAPÍTULO 72

### DA REVISÃO

1. Observações preliminares.....	687
2. O erro judiciário e a coisa julgada.....	690
3. A revisão <i>pro societate</i> .....	692
4. A revisão criminal no Brasil.....	694
5. Natureza jurídica.....	695

6. Pressuposto primordial da revisão .....	698
7. Oportunidade .....	699
8. Legitimidade .....	699
9. O Ministério Público poderá requerer a revisão?.....	702
10. A revisão e a decisão do Júri .....	704
11. Competência .....	706
12. Os fundamentos do pedido .....	708
13. Extinção da punibilidade .....	711
14. Unificação de penas .....	713
15. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido? .....	714
16. O condenado precisa recolher-se à cadeia?.....	715
17. Conversão em diligência.....	715
18. A regra dos arts. 621 e 626.....	716
19. Absolvição e revisão.....	716
20. Prazo.....	717
21. O pedido .....	717
22. Procedimento .....	718
23. Julgamento.....	719
24. Improcedência.....	720
25. Procedência.....	720
26. Consequências .....	721
27. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .....	721
28. Reiteração .....	724
29. Sentença estrangeira .....	725
30. A Justiça Eleitoral.....	726
31. Morte do condenado .....	726
32. A indenização .....	726
BIBLIOGRAFIA .....	729